



Relatório de Gestão – 2003

Agência Nacional de Transportes Aquaviários



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. GESTÃO OPERACIONAL / FINALÍSTICA	4
1.1. Competências Legais e Regimentais – Missão Institucional	4
1.2. Público Alvo dos Processos Gerenciais	5
1.3. Vinculações com o Plano Plurianual – Vinculação Programática	5
1.4. Indicadores Relevantes	5
1.5. Demonstrativos do Comportamento das Metas Anuais	6
1.6. Resultados – Incidência Social	7
1.6.1. Síntese do Significado das Ações Operacionais Realizadas.	7
1.6.2. Listagem das Ações Operacionais Realizadas.	8
1.6.2.1. Ações Operacionais comuns às áreas de Navegação e de Portos..	8
1.6.2.2. Ações Operacionais em Navegação.	8
1.6.2.3. Ações Operacionais em Portos	11
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	14
2.1. Execução Orçamentária por Programa e Ação	16
3. GESTÃO FINANCEIRA.....	18
4. GESTÃO PATRIMONIAL	19
4.1. Adequação de Perfil e dos Quantitativos.	19
4.2. Atualização Tecnológica	19
5. GESTÃO DE PESSOAS	25
5.1. Função Provimento.....	25
5.1.1. Processos	25
5.2. Função Capacitação.....	28
5.3. Função Avaliação	29
5.4. Função Benefícios	30
5.4.1. Processos	30
5.5. Função Controle.....	33
5.5.1. Processos	33
5.6. Quadros de Pessoal da ANTAQ.....	35
5.6.1. Quadro de Pessoal Específico	36
5.6.2. Quadro de Pessoal em Extinção	37
5.6.3. Quadro de Cargos Comissionados	37
5.6.4. Quadro de Cargos Efetivos.....	38
5.6.5. Quadro Geral da Força de Trabalho	39
6. PROCESSOS DE CONTROLE	42
6.1. Atuação do Tribunal de Contas da União.....	42
6.2. Atuação da Secretaria Federal de Controle / Cgu	42



INTRODUÇÃO

A indústria do transporte reveste-se, em todo o mundo, de enorme importância econômica, representando área estratégica de governo. As ações governamentais definidas para o transporte determinam, em grande medida, a capacidade de resposta deste setor à demanda econômica por mobilidade, com evidentes impactos no desenvolvimento econômico e social das nações.

No Brasil, essa indústria vem experimentando mudanças significativas nos últimos anos. Tais mudanças decorrem, em primeiro lugar, das alterações políticas e econômicas que vêm ocorrendo no cenário internacional, sintetizadas no fato de que as trocas mundiais têm aumentado mais rapidamente do que a produção mundial. Este aumento da integração econômica entre países, com a substituição da referência geopolítica pela referência geoeconômica, aumenta mais ainda a parcela de responsabilidade dos transportes no desenvolvimento econômico.

Também, o imperativo da consideração do meio ambiente na movimentação física e o desenvolvimento acelerado das chamadas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) provocam grandes reflexos sobre o Transporte, que agora deve se pautar pelo conceito mais amplo de Logística, ou transporte controlado por informação, sob pena de não ser efetivo.

Em segundo lugar, no cenário nacional, o Estado, dentro de uma nova estratégia de inserção internacional, assume um papel cada vez menos intervencionista e mais facilitador, voltado à criação de condições favoráveis ao desenvolvimento dos transportes pela iniciativa privada, e não à sua produção direta.

Neste contexto, destaca-se a descentralização e a privatização do sistema portuário brasileiro, responsável por mais de 95% do comércio exterior do país, que tiveram como objetivo principal melhorar o desempenho operacional dos portos, pelo estabelecimento da concorrência.

Este novo posicionamento do Estado, quanto ao seu papel na promoção do desenvolvimento econômico, levou à necessidade de criação de Agências Reguladoras, instituições destinadas a garantir que os benefícios da estratégia de descentralização e privatização das atividades econômicas sejam plenamente alcançados, no sentido do aumento da competitividade sistêmica da economia brasileira, da defesa dos usuários e da universalização dos serviços.



1. GESTÃO OPERACIONAL / FINALÍSTICA

1.1. Competências Legais e Regimentais – Missão Institucional

A ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários, criada pela Lei nº 10.233 de 5/6/2001, alterada pela MP nº 2.217-3 de 4/9/2001, e regulamentada pelo Decreto nº 4.122 de 13/2/2002, foi constituída pela União com o objetivo de regular, outorgar e fiscalizar a exploração de serviços públicos de operação portuária e transportes aquaviários, estabelecidos constitucionalmente como de titularidade federal.

A Lei nº 10.233 define, em seu Art. 20º, como **objetivos da Agência**:

- I. implementar, em sua esfera de atuação, as políticas formuladas pelo Ministério dos Transportes e pelo Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte – CONIT;
- II. regular, supervisionar, e fiscalizar as atividades de prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração das infra-estruturas portuária e aquaviária a cargo de terceiros, com vistas a:
 - garantir a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficácia, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas;
 - harmonizar os interesses dos usuários com os das empresas concessionárias, autorizadas e arrendatárias, preservando o interesse público;
 - arbitrar conflitos de interesses e impedir atuações que configurem competição imperfeita ou infração contra a ordem econômica.

A **esfera de atuação da ANTAQ**, tal como definida no Art. 23 da Lei nº 10.233, inclui:

- a navegação fluvial, lacustre, de travessia, de apoio marítimo, de apoio portuário de cabotagem, e de longo curso;
- os portos organizados;
- os terminais portuários privativos;
- o transporte aquaviário de cargas especiais e perigosas;
- a exploração da infra-estrutura aquaviária federal.

As **atribuições da ANTAQ**, listadas no Art. 27 da Lei nº 10.233, podem ser agrupadas em cinco processos-tipo, relativos às atividades definidas no Art. 20º, da mesma Lei, como finalísticas da Agência:

- **Regulamentação**: ação de preparação de normas para os quatro outros processos-tipo, a seguir definidos;
- **Promoção**: ação contratante, de outorga e gestão da outorga;
- **Monitoração**: ação educativa, de orientação e acompanhamento;
- **Fiscalização**: ação executiva, de repressão às condutas violadoras da legislação ou de contratos em vigor;
- **Informação**: ação de inteligência, seja:



- a) levantando, tratando, mantendo e disponibilizando dados e informações, ou,
- b) produzindo, dirigindo ou coordenando estudos analíticos, interna ou externamente, ou ainda,
- c) participando de fóruns de discussão, organismos, e eventos nacionais e internacionais, que tenham como finalidade a discussão e/ou difusão de informações, tecnologias ou métodos de interesse para o aperfeiçoamento da atuação da Agência, ou das atividades portuárias e de navegação.

Desta forma, a Missão Institucional da ANTAQ pode ser enunciada como:

“Regulamentar, Promover, Fiscalizar e Informar a atividade econômica de exploração dos serviços e da infra-estrutura de transporte aquaviário, estabelecidos constitucionalmente como de titularidade da União, mantendo o foco na competição, na eficiência, na defesa do usuário.”

1.2. Público Alvo dos Processos Gerenciais

Externamente, os processos gerenciais da ANTAQ se dirigem a todos os agentes públicos e privados atuando no setor regulado, bem como à Sociedade como um todo.

Internamente à Agência, estes processos se dirigem aos gerentes de processos internos (gerentes de programas), bem como aos seus gerentes funcionais (funções internas).

1.3. Vinculações com o Plano Plurianual – Vinculação Programática

A atividade-fim da ANTAQ, a Regulação da exploração dos serviços e da infra-estrutura de transporte aquaviário, se insere nas ações de médio e longo prazo do Estado, visando a redução do Custo Logístico e o aumento do Investimento Privado em Infra-Estrutura e Serviços Aquaviários no País.

Assim sendo, esta atividade-fim, por sua natureza regulatória, não tem vinculação direta com programas de Governo, que normalmente contemplam ações de natureza executiva, apresentando resultados mensuráveis no médio e curto prazo.

1.4. Indicadores Relevantes

A relevância das saídas operacionais de qualquer organização é avaliada, em última instância, por seu público alvo. No caso da ANTAQ, como de qualquer Agência Reguladora, o público alvo inclui como já foi dito, todos os agentes públicos e privados atuantes no setor regulado, além da Sociedade como um todo.

Dentro desta perspectiva, os principais indicadores usados para medir as saídas operacionais da ANTAQ são apresentados na Tabela abaixo:

CLASSE DE ATIVIDADE FINALÍSTICA	AÇÕES-TIPO (INDICADORES)
1.Regulamentação: ação de preparação de normas	Colocação de minutas de Normas em audiência pública
	Edição e publicação de Normas
2.Promoção: ação contratante, de outorga e gestão da outorga	Publicação de contratos de outorga
	Publicação de revisões de contratos de outorga
3.Fiscalização: ação executiva, de repressão às violações à Lei ou a contratos em vigor	Denúncias acolhidas
	Fiscalizações realizadas
	Processos administrativos instaurados
	Autos de infração aplicados
4.Informação: ação de inteligência	Levantamento, tratamento e disseminação de dados e informações
	Estudos e/ou pesquisas realizados ou contratados
	Participações em fóruns de discussão, organismos ou eventos, nacionais ou internacionais

1.5. Demonstrativos do Comportamento das Metas Anuais

As metas formalmente estabelecidas para efeito de elaboração da proposta orçamentária mostram-se, em situações não consideradas na codificação, inadequadas à mensuração de determinadas ações, especialmente aquelas não relacionadas a objetivos que apresentem resultados perfeitamente quantificáveis.

Como exemplo, a ação de “Regulação dos Serviços e da Exploração da Infra-Estrutura do Transporte Aquaviário”, cuja meta de realização encontra-se traduzida na programação orçamentária em quantidade de normas a editar. Neste caso, ainda que produzidos, os quantitativos pouco ou nada refletiriam com relação ao alcance e efetividade da ação empreendida.

Considerando-se a edição de normas no contexto da ação de regulação, que abrange além das resoluções normativas orientadoras do mercado aquelas decorrentes da ação outorgante, constata-se a ampla superação do quantitativo de trinta normas publicadas, conforme a meta estabelecida.

Relativamente às metas da ação de “Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infra-Estrutura do Transporte Aquaviário”, e, excluindo o acompanhamento mensal não quantificável das operações dentro dos Acordos Operacionais homologados entre empresas brasileiras e estrangeiras de navegação, foram realizadas cerca de 39 ações de inspeção e fiscalização que corresponderam a 68,4% da meta de 57 empresas fiscalizadas.



Importante destacar que a ação de fiscalização mantém-se prejudicada pela insuficiência de recursos orçamentários, que inviabilizam a instalação das unidades regionais e a celebração de convênios de delegação com entidades e órgãos públicos locais, juntamente com a insuficiência de pessoal especializado, na dependência da formação do quadro de pessoal efetivo da Agência.

Quanto às demais metas constantes na programação orçamentária, relativas ao desempenho das atividades administrativas, mais sinalizadoras de limites do que de objetivos, observam-se realizações inferiores aos quantitativos definidos na programação orçamentária também em razão principal da não complementação do quadro de pessoal próprio.

1.6. Resultados – Incidência Social

O sub-item 1.6.1, apresenta uma síntese da amplitude e do significado das principais ações levadas a cabo pela ANTAQ em 2003, as quais encontram-se listadas no sub-item 1.6.2.

1.6.1. Síntese do Significado das Ações Operacionais Realizadas

Para efeito deste Relatório, as atividades de Regulação exercidas pela ANTAQ são classificadas em quatro classes de atividades: Regulamentação, Promoção, Fiscalização e Informação.

No que tange à Regulamentação, destaca-se a publicação em 2003 da Norma sobre a Fiscalização e o Processo Administrativo Relativos à Prestação de Serviços de Transporte Aquaviário, de Apoio Marítimo e de Apoio Portuário e à Exploração da Infra-Estrutura Aquaviária e Portuária. Esta Norma estabelece as regras sobre a fiscalização e o processo administrativo para apuração de irregularidades e aplicação de penalidades, relativas àquelas atividades econômicas.

Foram ainda produzidas e publicadas em 2003 importantes alterações em duas Normas editadas no final do ano anterior: (i) a Norma para Outorga de Autorização a Pessoa Jurídica Brasileira para Operar como Empresa Brasileira de Navegação nas Navegações de Longo Curso, de Cabotagem, de Apoio Portuário e de Apoio Marítimo, e (ii) a Norma sobre Arrendamento de Áreas e Instalações Portuárias Destinadas à Movimentação e Armazenagem de Cargas e ao Embarque e Desembarque de Passageiros. A adequação de Normas em vigor, como nos casos em tela, visa incorporar demandas dos regulados, dos consumidores ou do próprio poder público.

Quanto à Promoção das atividades do setor, através da outorga e gestão da outorga, as principais ações da ANTAQ em 2003 totalizam, na área da Navegação, a concessão de afretamentos de navios de bandeira estrangeira (26 mil TEU e 18,6 milhões TM para longo-curso, e 42 mil TEU e 8,9 milhões TM para cabotagem), além de liberações para o transporte por navio estrangeiro de cargas reservadas aos navios de bandeira nacional. Na área de Portos, o acréscimo promovido na capacidade portuária em 2003 foi de, aproximadamente, 1,6 milhões de toneladas para carga geral.



O resultado agregado destas ações em Promoção indica uma contribuição importante para que o setor aquaviário conseguisse dar suporte a um aumento estimado na movimentação de cargas nos Portos brasileiros da ordem de 6%, ainda que se observasse redução real dos preços e tarifas médios dos serviços portuários.

Quanto às ações de Fiscalização em Portos, entre deliberações sobre cobrança e reajuste de tarifas, apurações de irregularidades, realização de inspeções em portos delegados e para reavaliação de bens inservíveis, realização de sindicâncias, instauração de processos administrativos, realização de vistorias, e outras, foram desenvolvidas pela ANTAQ mais de cinquenta ações em 2003.

Com relação à Informação em Navegação, no ano de 2003 foi dada especial atenção à segurança do transporte fluvial de passageiros, especialmente na região Amazônica, onde a grande quantidade de acidentes justificou a contratação de estudos, com o objetivo de subsidiar futuras ações de regulamentação e fiscalização que possam garantir um patamar mínimo de segurança e conforto aos usuários.

Além disto, dentro do espírito do aperfeiçoamento da segurança e controle da navegação como um todo, a ANTAQ desenvolveu com o Comando da Marinha um conjunto de atividades, que incluem a realização de seminários conjuntos e a assinatura de convênio de cooperação técnica com o Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo, para o intercâmbio de informações relativas ao aperfeiçoamento da segurança da navegação e acompanhamento do tráfego aquaviário.

1.6.2. Listagem das Ações Operacionais Realizadas

1.6.2.1. Ações Operacionais comuns às áreas de Navegação e de Portos

Regulamentação:

- Publicação de Norma sobre a Fiscalização e o Processo Administrativo Relativos à Prestação de Serviços de Transporte Aquaviário, de Apoio Marítimo e de Apoio Portuário e à Exploração da Infra-Estrutura Aquaviária e Portuária.

1.6.2.2. Ações Operacionais em Navegação

Regulamentação:

- Publicação de alteração à Norma para Outorga de Autorização a Pessoa Jurídica Brasileira para Operar como Empresa Brasileira de Navegação nas Navegações de Longo Curso, de Cabotagem, de Apoio Portuário e de Apoio Marítimo, publicada no final do ano de 2002;
- Publicação da Resolução nº 127/ANTAQ, de 13/10/2003, que aprova os procedimentos para atualização de informações das empresas que operam na navegação interior.



- Colocação em audiência pública de proposta de Norma para o afretamento de embarcação por empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio portuário.
- Colocação em audiência pública de proposta de Norma para o afretamento de embarcação por empresa brasileira de navegação e liberação do transporte de carga prescrita por embarcação estrangeira, na navegação de longo curso.
- Colocação em audiência pública de proposta de Norma para a homologação de acordo operacional entre as empresas brasileiras e estrangeiras de navegação, para troca de espaços no transporte marítimo internacional.

Promoção:

- Afretamentos concedidos: 26 mil TEU e 18,6 milhões TM para longo-curso, e 42 mil TEU e 8,9 milhões TM para cabotagem;
- Liberação de carga prescrita à bandeira brasileira, num total de 172 liberações a priori e 58 a posteriori;
- Homologação de dois Acordos de Associação entre empresas brasileiras e estrangeiras de navegação;
- Emitidos nove Termos de Autorização para operação na navegação de longo curso, de cabotagem, de apoio portuário e de apoio marítimo;
- Emitidos seis Termos de Autorização para operação na navegação interior;
- Emitidos 22 novos Termos de Autorização de empresas brasileiras de navegação, comprovada a adequação à Norma em anexo à Resolução nº 052-ANTAQ;
- Emitidas dez Autorizações de Afretamento de embarcações, para a operação na navegação interior.

Fiscalização:

- Acompanhamento mensal das operações dos Acordos Operacionais em vigor, homologados entre empresas brasileiras e estrangeiras de navegação;
- Instauração de nove procedimentos de fiscalização e cinco processos administrativos, para apurar denúncias, má prática comercial e indícios de violação de dispositivos legais e regulamentares, envolvendo as áreas fluvial, de cabotagem e de longo curso;
- Instauração de dois processos de investigação para apuração das situações técnica, econômica e financeira de empresas que operam na navegação interior;

Informação:

- Inserção dos dados de afretamentos/registros no Sistema de Afretamento desenvolvido, bem como das informações dos afretamentos e Acordos Operacionais de empresas brasileiras e estrangeiras de navegação no Sistema Mercante;
- Inserção no novo Sistema de Estatística, de 92.954 manifestos de carga, referentes às Navegações de Longo Curso e Cabotagem, para permitir a elaboração do Anuário Estatístico 2002;
- Análise de 1.121 solicitações para inclusão no Sistema Mercante, nas tabelas de embarcação / porto e terminal portuário;
- Intercâmbio de informações relativas à frota mercante, no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica entre a ANTAQ e o Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo (COMCONTRAM), visando o aperfeiçoamento da segurança da navegação e o acompanhamento das atividades do tráfego aquaviário;
- Levantamento de informações para o desenvolvimento do Sistema de Acordos Operacionais de Associação entre empresas brasileiras e estrangeiras de navegação;
- Participação em reuniões de Grupo Interministerial para tratar dos seguintes assuntos, pertinentes à Secretaria Executiva da Organização Marítima Internacional – SEC-IMO:
 - Proposta de Minuta de Convenção sobre Água de Lastro;
 - Acompanhamento da proposta de minuta de Convenção Internacional do Controle de Sistemas de Tintas Anti-incrustantes;
 - Processo de ratificação da Convenção Internacional Relativa à Intervenção em Alto-Mar nos Casos de Acidentes por Poluição por Óleo.
- Participação no Fórum Consultivo da SEC-IMO, para tratar de assuntos do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marítimo da IMO;
- Participação na Reunião Intersessional e no Grupo de Trabalho para elaboração da Convenção de Água de Lastro, em Londres;
- Participação no Grupo de Trabalho para ratificar o Protocolo de 1996, da Convenção de Londres sobre Alijamento de Resíduos e Outras Matérias no Mar;
- Participação em Grupo de Trabalho com a Marinha do Brasil, a Receita Federal, o Ministério do Meio Ambiente, e o Ministério das Minas e Energia, visando a implementação do ISPS CODE;
- Participação na Coordenação do 4º Seminário sobre Meio Ambiente Marinho, realizado pela SOBENA;



- Celebração de convênios de cooperação técnica com a Diretoria de Portos e Costas – DPC e com as Agências Reguladoras Estaduais (ARSAM, do Amazonas; ARCON, do Pará e ARSAP, do Amapá), para o acompanhamento e implementação dos resultados do estudo sobre transporte de passageiros na Amazônia;
- Formação do Grupo de Trabalho ANTAQ/Receita Federal, visando a implantação do SISCOMEX Portuário;
- Participação nas reuniões do Grupo Interministerial de Serviços – GIS, para subsidiar o MRE quanto à posição brasileira nas negociações do GATS e da ALCA/EU.

1.6.2.3. Ações Operacionais em Portos

Regulamentação

- Publicação de alteração da Norma sobre Arrendamento de Áreas e Instalações Portuárias Destinadas à Movimentação e Armazenagem de Cargas e ao Embarque e Desembarque de Passageiros, publicada no final de 2002, visando aperfeiçoar os mecanismos de controle dos serviços públicos prestados pelos Operadores Portuários, em benefício dos usuários;
- Elaboração de Procedimentos para a desincorporação e transferência de bens da União sob a guarda de Administrações Portuárias;
- Instruções para a elaboração do Programa de Arrendamento com o objetivo de orientar a análise dos programas elaborados pelos portos;
- Elaboração de Manual do Agente de Fiscalização, visando orientar o processo de fiscalização dos portos e terminais portuários.

Promoção

- Concessão de autorização para exploração e/ou habilitação ao tráfego internacional de 16 terminais marítimos e fluviais de uso privativo;
- Análise do reajuste de tarifas portuárias para os portos de Maceió e Imbituba, e para o terminal salineiro de Areia Branca (RN).

Fiscalização

- Inspeções realizadas em sete terminais portuários, para atualização de cadastro de informações;
- Acompanhamento da operação dos Terminais de Contêineres de dois portos, e de suas relações com outras Instalações Portuárias Alfandegadas – IPA's e Estações Aduaneiras Interiores – EADI's, visando avaliar a existência de práticas que caracterizem infração de ordem econômica.



- Realização de inspeções relativas a obrigações assumidas nos Convênios de Delegação de nove portos, bem como no Contrato de Concessão de um porto;
- Realização de Tomada de Contas de quatro portos sob concessão: São Francisco do Sul (exercícios de 1999 e 2000); São Sebastião (exercícios de 1998 a 2002); Paranaguá e Antonina (exercício de 2001); Imbituba (exercícios de 1998 a 2002);
- Instauração de Processo Administrativo em um porto;
- Apuração de denúncia relativa aos serviços de dragagem do canal de acesso, bacia de evolução e berço de atracação do Porto de Fortaleza;
- Apuração de denúncia de irregularidade na gestão do Porto de Recife, com a emissão de recomendações de regularização.

Informação

- Elaboração de um sistema de coleta de informações para cadastramento e acompanhamento dos arrendamentos em Portos;
- Elaboração do SISPORTO – Sistema de Informações Portuárias – para obtenção, armazenamento e disseminação de informações portuárias;
- Atualização dos dados de Preços e de Desempenho Operacional dos Serviços Portuários, através da realização de pesquisa junto às Administrações Portuárias, Agências Marítimas, Operadores Portuários, Estações Aduaneiras Interiores – EADI's, Despachantes Aduaneiro e Órgãos Gestores de Mão-de-Obra – OGMO's, em dezesseis dos mais representativos portos nacionais;
- Desenvolvimento de modelo informatizado para o Acompanhamento Permanente dos Preços e Desempenho Operacional dos Serviços Portuários – Desempenho Portuário – com recursos de "criptografia" para permitir a alimentação de dados via internet;
- Integração de dez portos ao Sistema de Desempenho Portuário, mediante cadastramento e credenciamento das Administrações Portuárias e de outros atores do ambiente portuário;
- Elaboração do Anuário Estatístico Portuário para o conjunto dos portos e terminais de uso privativo, detalhando a movimentação portuária ocorrida no ano de 2002;
- Análise das Propostas de Metodologia, critérios e procedimentos de avaliação para reajustes e/ou revisões das Tarifas Portuárias, com o objetivo de dotar a Agência de instrumental necessário para a apreciação das propostas apresentadas pelas Administrações Portuárias;
- Estudos e análises visando subsidiar a avaliação dos preços cobrados por operador portuário do Porto de SUAPE;



- Estudo, em vários portos, sobre a composição e os valores cobrados para a movimentação de contêineres (Terminal Handling Charge – THC);
- Participação na elaboração de Norma para Dragagem, no âmbito do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
- Participação na avaliação da implantação da Agenda Ambiental Portuária, no âmbito do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro – GI-GERCO.

2 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Orçamentária Anual (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003), consignou à Agência um montante de recursos no valor de R\$ 29,9 milhões, sendo R\$ 19,4 milhões para "Outras Despesas Correntes", R\$ 1,2 milhões para "Investimentos" e R\$ 9,3 milhões para despesas com "Pessoal e Encargos Sociais". Essa alocação, no que se refere ao pagamento das despesas com "Pessoal e Encargos Sociais", mostrou-se insuficiente para cobertura destas despesas no decorrer do exercício de 2003. Assim, diante do déficit de recursos para pagamento de pessoal fez-se necessária a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 4,2 milhões, fazendo com que a despesa autorizada atingisse, no final do exercício, um montante de R\$ 34,1 milhões, conforme demonstrado no quadro a seguir:

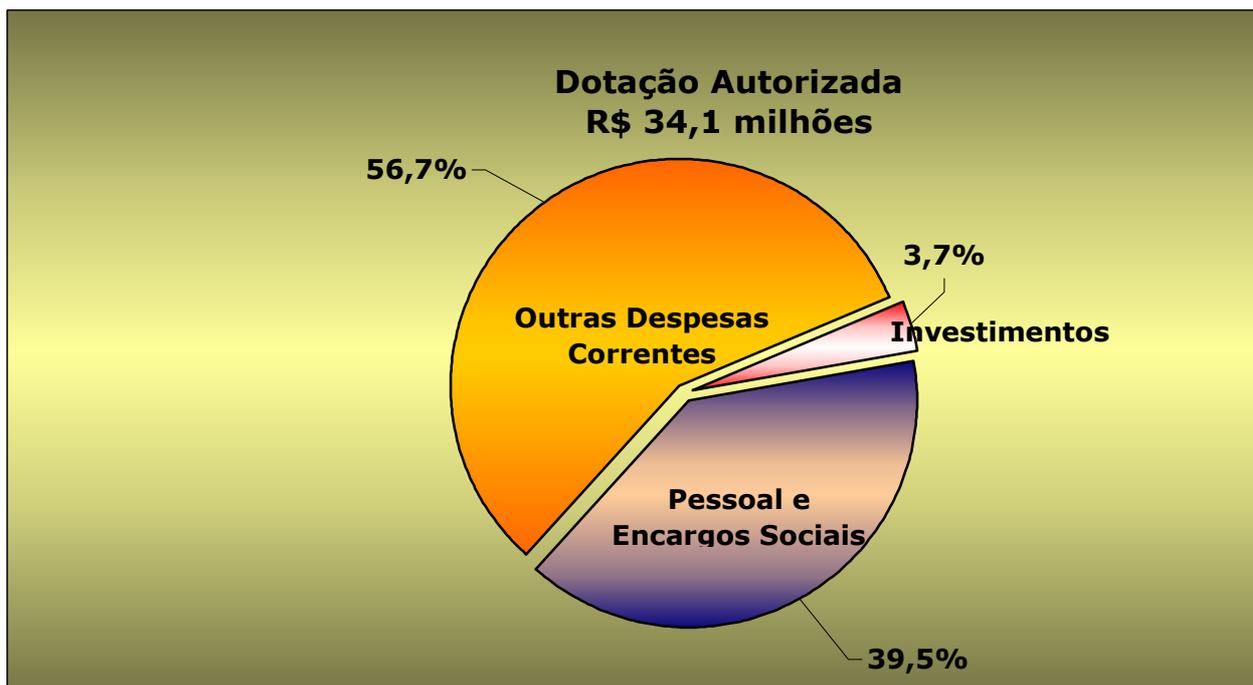
Execução Orçamentária por Categoria Econômica e Grupo de Natureza

R\$ 1,00					
CATEGORIA / GRUPO	DESCRIÇÃO	Despesa Autorizada (a)	Dotação Liberada (b)	Despesa Realizada (c)	% Execução d = c/b
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	32.864.817	22.444.537	20.812.615	92,7
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.497.825	13.497.825	13.279.964	98,4
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.366.992	8.946.712	7.532.651	84,2
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.271.360	1.271.360	1.025.597	80,7
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.271.360	1.271.360	1.025.597	80,7
TOTAL		34.136.177	23.715.897	21.838.212	92,1

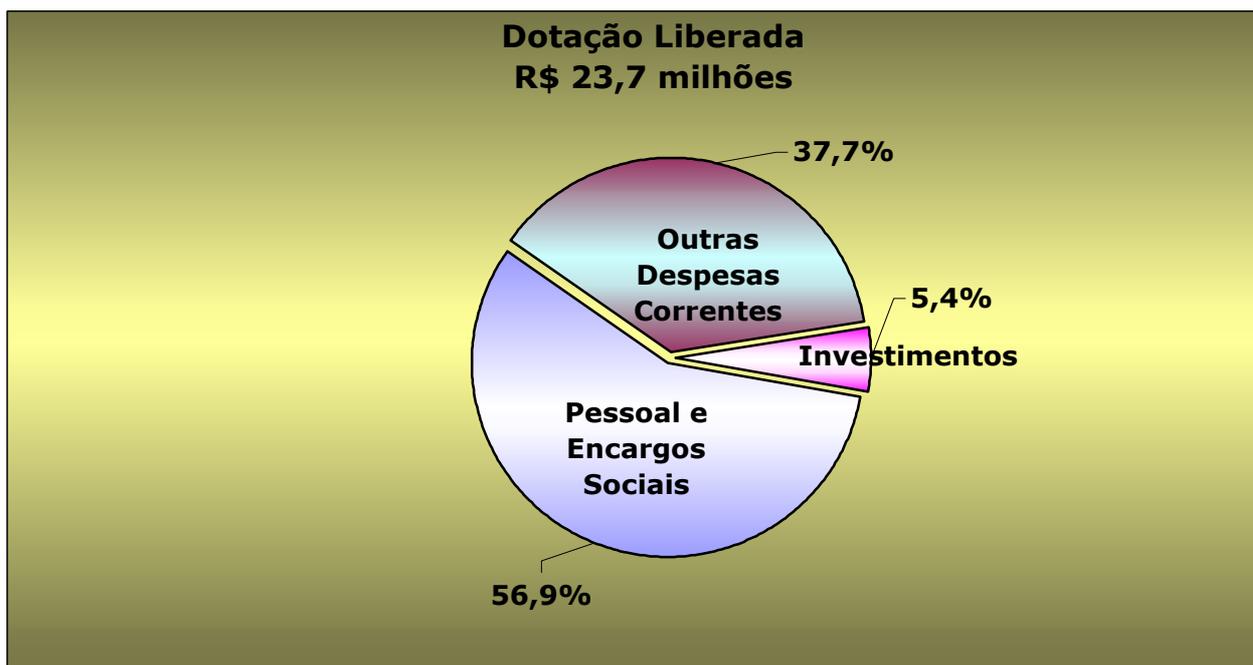
(a) = Lei + Créditos;

(b) = Dotação liberada após bloqueios;

(c) = Inclui restos a pagar processados.



O montante de recursos autorizados na lei orçamentária para “Outras Despesas Correntes”, no valor de R\$ 19,3 milhões, mostrou-se insuficiente para a implantação das Unidades Regionais, especialmente para a celebração de convênios com Agências Reguladoras Estaduais e com outros órgãos de fiscalização nas áreas de interesse da Agência. Diante desta restrição, a direção da ANTAQ optou pela postergação dessas atividades, o que permitiu a liberação de parte dos recursos autorizados, no valor de R\$ 10,4 milhões, para recomposição do limite destinado ao Ministério dos Transportes.





A despesa no valor de R\$ 19,4 milhões, relativa ao grupo "Outras Despesas Correntes" quando da aprovação da Lei Orçamentária Anual, era financiada, na sua totalidade, pela fonte 0111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis - CID. Em função da não alocação na Lei Orçamentária para 2003 de recursos provenientes do financiamento externo firmado entre o Governo Brasileiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, uma parte dos recursos da fonte 0111 no valor de R\$ 520,0 mil foi substituída pela fonte 0148 - Operações de Crédito Externas - em moeda no valor de R\$ 326,0 mil e pela fonte 1111 - Contrapartida - Recursos da CID vinculados à Operações de Crédito Externas - em moeda no valor de R\$ 194,0 mil.

2.1. Execução Orçamentária por Programa e Ação

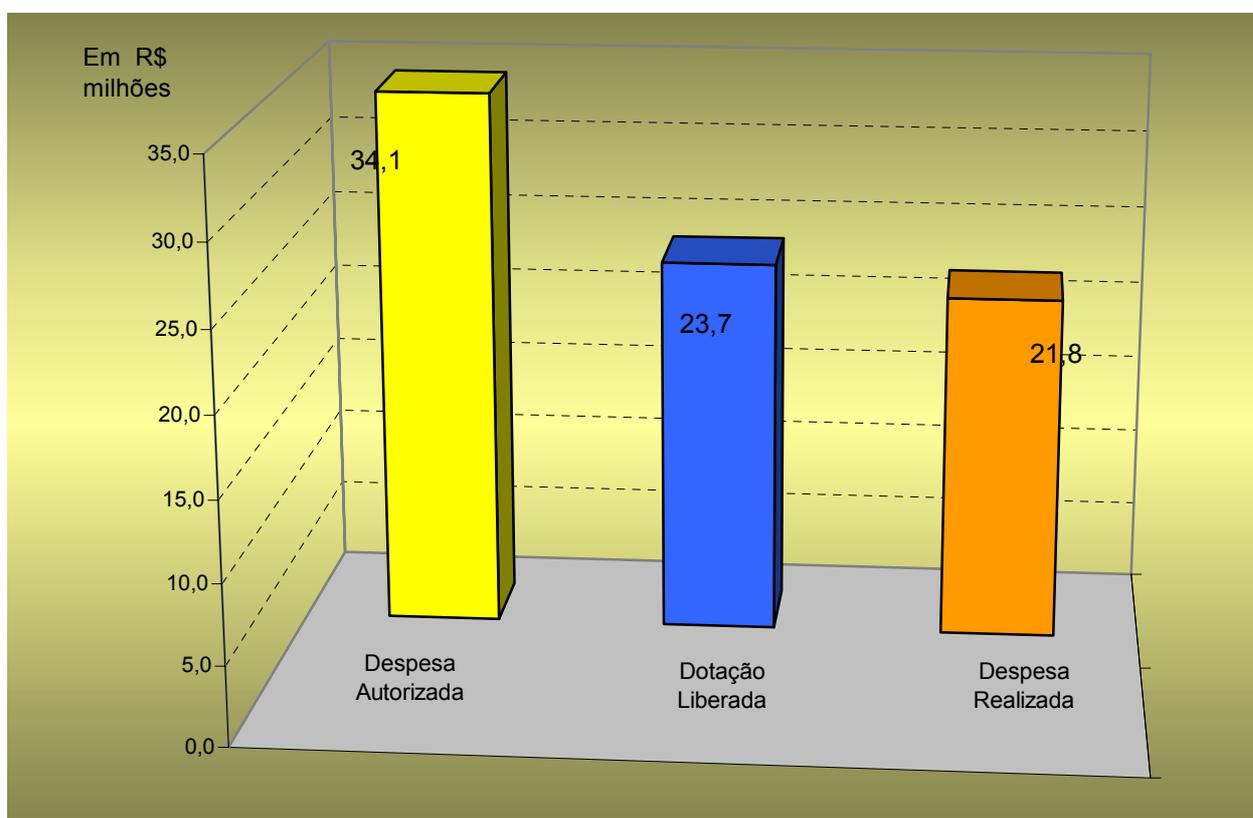
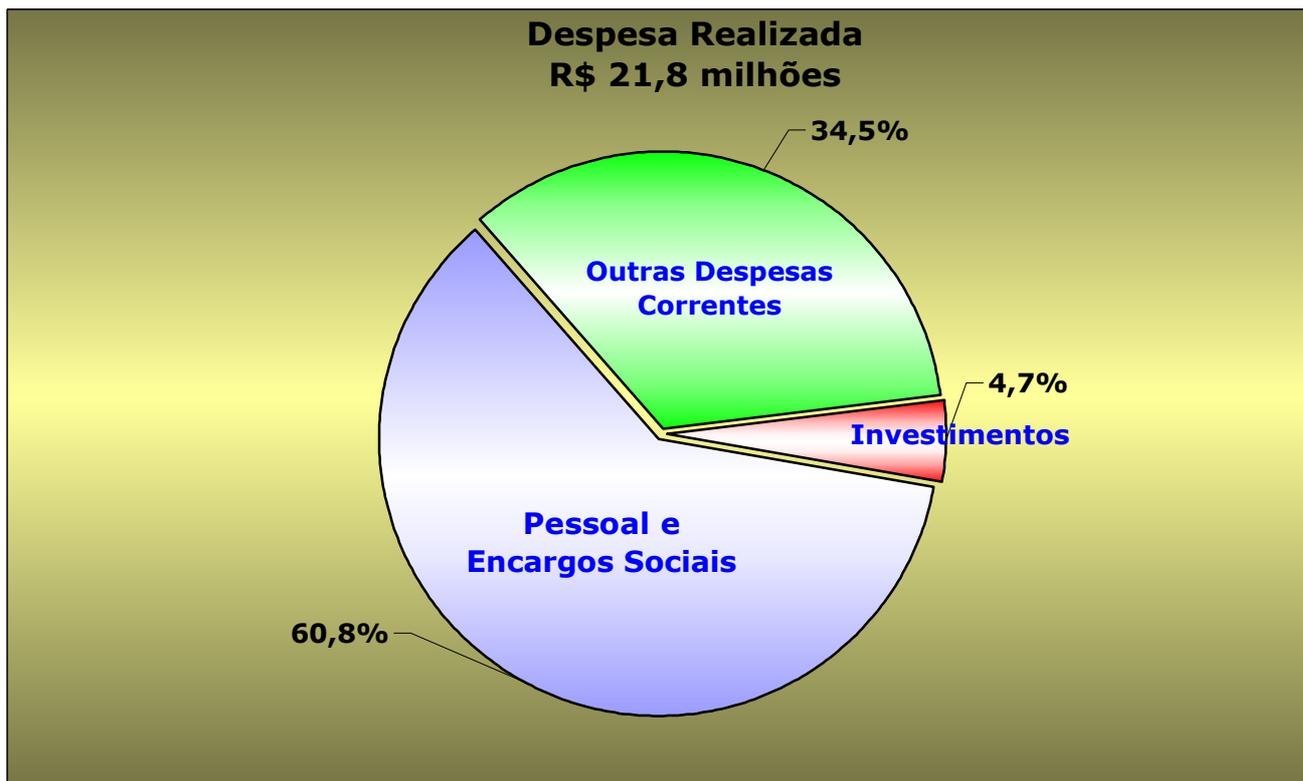
Em R\$ 1,00

PROGRAMA / AÇÃO		Despesa Autorizada (a)	Dotação Liberada (b)	D R (c)	% d = c/b
0221	SERVIÇOS DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	32.074.993	23.067.713	21.484.019	93,1
0221.2000	Administração da Unidade	16.238.026	7.937.746	7.378.787	93,0
221.2025	Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais	13.497.825	13.497.825	13.279.964	98,4
0221.2088	Regulação dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura do Transporte Aquaviário	912.982	685.982	647.789	94,4
0221.2090	Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura do Transporte Aquaviário	991.600	911.600	177.479	19,5
0221.4641	Publicidade de Utilidade Pública	434.560	34.560	0	0,0
0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	2.061.184	648.184	354.193	54,6
0791.2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Empregados e seus Dependentes	721.440	178.440	64.029	35,9
0791.2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	122.400	22.400	9.730	43,4
0791.2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	122.400	72.400	47.713	65,9
0791.2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	739.944	139.944	118.372	84,6
0791.4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	355.000	235.000	114.349	48,7
TOTAL		34.136.177	23.715.897	21.838.212	92,1

(a) = Lei + Créditos;

(b) = Dotação liberada após bloqueios;

(c) = Inclui restos a pagar processados.





3. GESTÃO FINANCEIRA

No decorrer do exercício foram repassados pelo Ministério dos Transportes à ANTAQ recursos no valor de R\$ 22.316.922,37 os quais adicionados à Receita de Serviços no valor de R\$ 454,50 totalizam R\$ 22.317.376,87.

Estes recursos foram originários das seguintes fontes:

Fonte	Descrição	Valor
0111	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	21.796.922,37
0148	Operações de Crédito Externas - Moeda	326.000,00
1111	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis - vinculada a Contrapartida	194.000,00
0250	Recursos não Financeiros Diretamente Arrecadados	454,50
TOTAL		22.317.376,87

Do montante de recursos recebidos foram liquidadas e pagas despesas no valor de R\$ 21.147.401,36; liquidadas e inscritos em Restos a Pagar Processados R\$189.352,04 e inscritos em Restos a Pagar não Processados, despesas no valor de R\$ 501.458,52.



4. GESTÃO PATRIMONIAL

4.1. Adequação de Perfil e dos Quantitativos Recursos de Suporte e Finalísticos

Os recursos de suporte da ANTAQ, no âmbito das atividades administrativas e excetuando-se a questão imobiliária, restringem-se fundamentalmente às necessidades comuns de móveis e equipamentos que, na atualidade, encontram-se adequadamente supridas.

Quanto à questão imobiliária, a ANTAQ instalou-se inicialmente nas dependências tradicionalmente ocupadas pela Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – Geipot (em liquidação), utilizando-se ainda de móveis e equipamentos transferidos pela Empresa. Porém, em vista da perda de cerca de 40% da área ocupada, determinada pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU com a finalidade de abrigar outros órgãos federais, a Agência viu-se restringida a uma área insuficiente para as suas necessidades atual e futura próxima. Face à situação, encontram-se em andamento providências, inclusive junto à SPU, com vistas à identificação de outro próprio federal disponível ou ao aluguel de imóvel adequado ao funcionamento da Agência.

Com relação aos recursos de suporte, no âmbito das atividades finalísticas, aguarda-se a instalação das unidades regionais de fiscalização, que encontram-se na dependência da formação do quadro de pessoal efetivo da Agência, para a definição e o dimensionamento dos equipamentos que serão requeridos pelas atividades de fiscalização. Prevê-se a necessidade de instalações e equipamentos específicos, a exemplo de barcos e outros equipamentos próprios, especialmente para as atividades de fiscalização na região amazônica, que se planeja implementar em parceria com entidades e órgãos públicos locais.

4.2. Atualização Tecnológica Recursos de Suporte e Finalísticos

A ANTAQ também recebeu do Geipot (em liquidação) a rede lógica, os sistemas e equipamentos de informática, em que pese o elevado grau de obsolescência em que se encontravam, visando a sua posterior atualização.

Ao longo dos exercícios de 2002 e 2003, portanto, empenhou-se na atualização e desenvolvimento de seu sistema de informática, incluindo servidores de rede, sistemas, licenciamentos e estações de trabalho. A partir do exercício de 2004, a Agência deverá apenas manter a atualização do sistema existente, juntamente com o desenvolvimento de novos produtos e serviços e as expansões decorrentes da instalação das unidades regionais de fiscalização.

Para os serviços de manutenção de rede/equipamentos e desenvolvimento de sistemas aplicativos, a ANTAQ conta com o apoio de empresa especializada, contratada por meio de concorrência pública.

Em síntese, buscou-se a atualização de equipamentos e o desenvolvimento de serviços na área da tecnologia da informação, com foco principal na qualidade dos serviços a serem disponibilizados para o público interno e externo. A qualidade do



atendimento ao público interno é aferida regularmente por meio de pesquisa, alcançando elevados níveis de satisfação. O atendimento das necessidades do público externo pode ser observado pelo reconhecimento da qualidade do *site* da Agência, apesar do pouco tempo de existência, em publicação especializada (Jornal Folha de São Paulo – 29/10/03).

Apresentam-se, de forma sintética, os principais trabalhos na área de informática desenvolvidos no exercício:

Produção e Manutenção de Sistemas

Desenvolvimento do Sistema de Controle de Documentos e Processos - SICAP	Objetivo: Registrar, movimentar, anexar e controlar os processos e documentos da Agência, bem como possibilitar a busca dos mesmos através de pesquisas avançadas. Período: Janeiro a Dezembro de 2003. Situação: Concluído.
Desenvolvimento do Sistema de Controle das Tramitações das Proposições	Objetivo: Registrar as proposições de projetos de lei, de modo a facilitar o acesso às informações neles contidas, bem como permitir que a Assessoria Parlamentar possa controlar a situação dos mesmos. Período: Janeiro a Março de 2003. Situação: Concluído.
Desenvolvimento do Sistema de Afretamento/RJ	Objetivo: Registrar todo o processo para concessão ou não de afretamentos de embarcações estrangeiras a Empresas Brasileiras de Navegação, bem como registrar os afretamentos entre empresas Brasileiras de Navegação. Período: Abril a Outubro de 2002 (desenvolvimento) – Janeiro a Novembro de 2003 (adaptação e implementação). Situação: Concluído.
Desenvolvimento do Sistema da Corregedoria	Objetivo: Permitir que os usuários cadastrem as denúncias através da INTERNET e acompanhem a tramitação das mesmas. Permitir, também, que a Corregedoria tenha condições de analisar e gerir todas as solicitações registradas no sistema. Período: Março a Agosto de 2003. Situação: Concluído.
Desenvolvimento do Sistema da Ouvidoria	Objetivo: Permitir que os usuários cadastrem as reclamações/sugestões através da INTERNET e acompanhem a tramitação das mesmas. Permitir, também, que a Ouvidoria tenha condições de analisar e gerir todas as solicitações registradas no sistema. Período: Março a Julho de 2003. Situação: Concluído.



Levantamento dos Números IMO das Embarcações	Objetivo: Levantar e registrar o número IMO de todas as embarcações cadastradas no Sistema Mercante, a fim de possibilitar a integração do Sistema MERCANTE à Receita Federal Período: Março a Setembro de 2003. Situação: Concluído.
Desenvolvimento do Sistema de Controle Telefônico – CTEL	Objetivo: Cadastrar as ligações telefônicas de origem particular, bem como calcular os valores a serem cobrados dos usuários da ANTAQ, através do recolhimento a ser efetuado na Coordenadoria Financeira, ou através de desconto em folha de pagamento. Período: Abril a Agosto de 2003. Situação: Concluído.
Desenvolvimento do Sistema de Segurança e Administração de Sistemas – SSA	Objetivo: Cadastrar os acessos a todos os sistemas desenvolvidos em ambiente WEB, bem como garantir a segurança dos sistemas através da certificação das senhas dos usuários. Período: Maio a Julho de 2003. Situação: Concluído.
Desenvolvimento do Sistema de Desempenho Portuário	Objetivo: Registrar as informações sobre as atracções e desatracções dos navios, bem como calcular os diversos indicadores de desempenho portuário. Período: Iniciado em Julho de 2003. Situação: Em desenvolvimento.
Sistema de Liberação de Carga / RJ	Objetivo: Registrar todo o processo de ofertas para transportes de cargas que possuam algum tipo de benefício, mas que só podem ser transportadas em navios de bandeira brasileira. Período: Agosto a Dezembro de 2003. Situação: Concluído.
Desenvolvimento do Sistema de Controle de Publicação - CPUB	Objetivo: Automatizar o processo de disponibilização de notícias, clippings, murais eletrônicos e súmulas, de forma que a Assessoria de Comunicação Social possa, ela mesma, registrar as notícias através do sistema. Período: Agosto a Outubro de 2003. Situação: Concluído.
Desenvolvimento do Sistema de Digitalização dos Formulários de Afretamento	Objetivo: Armazenar os formulários de controle do afretamento em meio eletrônico, a fim de facilitar o acesso às informações registradas nos mesmos. Período: Agosto a Outubro de 2003. Situação: Aguardando a homologação da Gerência de Afretamento.

Desenvolvimento do Sistema de Edital	<p>Objetivo: Automatizar o processo de disponibilização de editais de pregões, convites, tomadas de preços, relatório de compras e concorrência na internet, a fim de possibilitar que a Coordenadoria de Compras possa controlar as empresas que retirarem os editais.</p> <p>Período: Agosto a Outubro de 2003.</p> <p>Situação: Concluído.</p>
Desenvolvimento do Sistema de Programa de Assistência à Saúde – PAS	<p>Objetivo: Cadastrar as adesões de titulares e dependentes aos planos de assistência médica e odontológica, bem como armazenar e controlar os gastos realizados pelos beneficiários.</p> <p>Período: Setembro a Novembro de 2003.</p> <p>Situação: Concluído.</p>
Desenvolvimento do Sistema de Atualização do Cadastro de Empresas de Navegação Interior - SISCADEM	<p>Objetivo: Registrar as informações das empresas cadastradas na Gerência de Navegação Interior, bem como cadastrar as embarcações utilizadas por elas.</p> <p>Período: Novembro a Dezembro de 2003.</p> <p>Situação: Concluído.</p>
Desenvolvimento do Sistema de Arrendamento	<p>Objetivo: Cadastrar as informações sobre o arrendamento de terminais a fim de possibilitar que a Gerência de Estudos possa controlar os contratos de arrendamento.</p> <p>Período: Outubro a Dezembro de 2003.</p> <p>Situação: Concluído.</p>
Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais – SIG	<p>Objetivo: Disponibilizar as informações existentes na Agência através de consultas personalizadas.</p> <p>Período: Iniciada em Julho de 2003.</p> <p>Situação: Em desenvolvimento.</p>
Levantamento da Metodologia de Desenvolvimento de Sistema 	<p>Objetivo: Construir a Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas / Projetos, baseado na metodologia Rational Unified Process (RUP).</p> <p>Período: Iniciada em agosto de 2003.</p> <p>Situação: Em andamento.</p>

Desenvolvimento e Manutenção Web

Construção da Nova Intranet 	<p>Objetivo: Construir o novo portal da INTRANET. O projeto visual desse portal foi baseado na escolha feita pelos servidores e colaboradores da ANTAQ através de enquete aplicada em maio.</p> <p>Período: Abril a Julho de 2003.</p> <p>Situação: Concluído.</p>
--	---

Construção do Site do Desempenho Portuário	<p>Objetivo: Construir o portal do Sistema de Desempenho Portuário – Gerência de Desempenho Operacional.</p> <p>Período: Abril a Outubro de 2003.</p> <p>Situação: Concluído.</p>
---	--

Criação do CD Legislação Ambiental	<p>Objetivo: Gerar um CD contendo as legislações ambientais, na área de atuação da ANTAQ, a fim de fornecer aos usuários uma ferramenta de pesquisa sobre as informações legais na área de meio ambiente.</p> <p>Período: Maio a Julho.</p> <p>Situação: Concluído.</p>
---	--

Construção da Nova Internet 	<p>Objetivo: Construir o novo portal da ANTAQ, colocando-o nos padrões exigidos pela Rede Governo.</p> <p>Período: Iniciada em Setembro de 2003.</p> <p>Situação: Em andamento.</p>
---	--

Construção do Portal do Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo – CONCONTRAM	<p>Objetivo: Construir o portal do CONCONTRAM/ANTAQ em atendimento ao convênio firmado entre esta Agência e o Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo.</p> <p>Período: Iniciada em dezembro de 2003.</p> <p>Situação: Em andamento.</p>
---	--

Comunicação de Dados

Reestruturação da rede ANTAQ-RJ	<p>Objetivo: Instalar a rede corporativa do Rio de Janeiro, bem como interligá-la à rede corporativa de Brasília.</p> <p>Período: Janeiro de 2003.</p> <p>Situação: Concluído.</p>
--	---

Suporte Técnico

Reorganização das estações de trabalho	<p>Objetivo: Instalar as estações de trabalho no novo layout da ANTAQ, bem como adaptar toda a estrutura lógica e elétrica oriunda da Empresa de Planejamento de Transportes - GEIPOT.</p> <p>Período: Maio e Junho de 2003.</p> <p>Situação: Concluído.</p>
---	---

Entrega de Novas Estações de Trabalho	<p>Objetivo: Instalar e configurar as novas estações de trabalho</p> <p>Período: Iniciado em Dezembro de 2003.</p> <p>Situação: Em andamento.</p>
--	--

Organização, Documentação e Qualidade

Aplicação da Metodologia de Mapeamento da Informação - MMI -	Objetivo: Levantar as informações técnicas das diversas gerências através da aplicação de metodologia estruturada. Essa aplicação foi realizada nas unidades gerenciais da SPO e SNA. Período: Iniciada em Março de 2003. Situação: Em andamento.
Acompanhamento do Levantamento dos Processos de Trabalho	Objetivo: Levantar o mapeamento dos processos de trabalho das unidades organizacionais. Esse levantamento foi realizado por empresa especializada e acompanhado pela CAIDS. Período: Dezembro/2002 a Agosto/2003. Situação: Concluído.
Elaboração da Gestão de Processos e Documentos	Objetivo: Levantar os procedimentos para a institucionalização de procedimentos e modelos de criação e tramitação de processos e documentos, bem como o treinamento dos servidores na aplicação do novo modelo de gestão. Este estudo foi realizado por empresa especializada (até julho) e revisado pela CAIDS. O treinamento mencionado foi aplicado em abril (primeira versão) e em dezembro (segunda versão). Período: Dezembro/2002 a Dezembro de 2003. Situação: Concluído.
Reestruturação Organizacional	Objetivo: Gerar uma análise sobre a situação atual da Agência a fim de adequar as unidades da ANTAQ às reais necessidades existentes. Estudo realizado por empresa especializada e acompanhado pela CAIDS. Período: Agosto a Novembro de 2003. Situação: Concluído.



5. GESTÃO DE PESSOAS

A força de trabalho da ANTAQ é composta por servidores integrantes do Quadro de Pessoal Específico, ou seja, os servidores estatutários redistribuídos do Ministério dos Transportes para a ANTAQ; do Quadro de Pessoal em Extinção, que corresponde aos servidores que serão absorvidos, a critério da administração, oriundos do GEIPOT, da RFFSA e da Companhia Docas do Rio de Janeiro; do Quadro de Pessoal Efetivo composto por servidores que ingressarem por concurso público para os cargos das carreiras criadas para a ANTAQ, pela MP nº 155 de 2003, e também por servidores e empregados requisitados por contratos temporários, conforme autorização contida no art. 76 da Lei nº 10.233 de 2001, e por pessoal terceirizado, além de estagiários e mensageiros do CESAM.

As funções básicas de Recursos Humanos, a seguir indicadas, neste relatório estão sendo apresentadas agrupando seus processos típicos.

- Provisamento;
- Capacitação;
- Avaliação;
- Benefícios (*Retenção de Talentos*);
- Controle.

5.1. Função Provisamento

Os processos da **Função Provisamento**, na sua maioria não são ainda executados na ANTAQ, considerando os distintos Quadros de Pessoal e a inexistência de cargos no Quadro de Pessoal Efetivo que somente no final do exercício, por meio da MP nº 155 de 2003, foram aprovados para as Agências Reguladoras.

Assim, os Processos de Aproveitamento, Concurso Público, Nomeação de Servidor em Cargo Efetivo, Readaptação, Recondição, Redistribuição, Reintegração, Remoção e Reversão não foram executados na ANTAQ no exercício de 2003.

Quanto aos demais, a seguir identificados, no exercício de 2003 apresentaram as seguintes informações:

5.1.1. Processos

Nomeação e Posse

A ANTAQ vem efetuando apenas nomeação e posse de servidores em cargos comissionados, considerando que os referidos processos concernentes a cargos efetivos, somente ocorrerão após a realização de concurso público para o provimento desses cargos.



Em 2003 foram nomeados e tomaram posse nos cargos comissionados da ANTAQ 22 servidores.

Substituição

A substituição de servidores ocorre nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular do cargo comissionado ou na sua vacância.

No exercício de 2003, ocorreram quatro atos de substituição.

Estágio Curricular

A ANTAQ mantém convênio com o CIEE e com o IEL para o funcionamento do Programa de Estágio Curricular que visa proporcionar complementação de ensino e aprendizagem a estudantes de educação superior e de ensino médio, de educação profissional de nível médio ou educação especial vinculados à estrutura do ensino público e particular, por meio de experiência prática para o aperfeiçoamento técnico, cultural e científico, e assim o desenvolvimento do relacionamento profissional.

No exercício de 2003 foram concedidas mensalmente, em média, dezenove bolsas de estágio, com o custo anual de **R\$ 87.607,03** (oitenta e sete mil, seiscentos e sete reais e três centavos) conforme a seguir indicado:

MÊS	Nº de ESTAGIÁRIOS
JANEIRO	19
FEVEREIRO	20
MARÇO	21
ABRIL	19
MAIO	19
JULHO	22
AGOSTO	17
SETEMBRO	21
OUTUBRO	20
NOVEMBRO	19
DEZEMBRO	19

ALOCAÇÃO	DIRETORIA	SAF	SPO	SNA
QUANTITATIVO	09	02	06	02
			TOTAL	19



Terceirização

O principal serviço de terceirização é prestado pela empresa Capital – Empresa de Serviços Gerais Ltda. – tendo como objetivo a prestação de serviços de atendimento das necessidades de apoio administrativo da Agência.

O contrato, no exercício de 2003, correspondeu em média a 63 contratados por mês, ao custo anual de R\$ 1.487.617,19 (um milhão, quatrocentos e oitenta e sete mil, seiscentos e dezessete reais e dezenove centavos).

PERÍODO	Nº DE CONTRATADOS	VALOR
Janeiro	56	R\$ 108.859,97
Fevereiro	57	R\$ 111.090,78
Março	57	R\$ 111.769,61
Abril	56	R\$ 110.084,80
Maio	55	R\$ 109.376,87
Junho	56	R\$ 110.172,75
Julho	56	R\$ 123.513,62
Agosto	60	R\$ 136.070,53
Setembro	61	R\$ 142.606,03
Outubro	60	R\$ 138.899,88
Novembro	60	R\$ 138.428,17
Dezembro	63	R\$ 146.744,18
TOTAL		R\$ 1.487.617,19

CATEGORIA	QUANTIDADE	
	PREVISTO	OCUPADO
Secretária Nível "A"	20	19
Secretária Nível "B"	06	03
Assist.Adm. Nível "A"	25	24
Assist.Adm. Nível "B"	20	17

ALOCAÇÃO	DIRETORIA	SAF	SPO	SNA	GEIPOT
QUANTITATIVO	18	38	04	00	02
				TOTAL	62

Cooperação Sócio-Educativa

A ANTAQ mantém contrato de prestação de serviços de cooperação sócio-educativa com o Centro Salesiano do Menor – CESAM, visando oferecer a adolescentes carentes, na faixa de dezesseis a dezoito anos, assistidos e com vínculo empregatício com aquela entidade, a oportunidade de exercer atividade laborativa nas unidades organizacionais da ANTAQ, para a execução de atividades de mensageiria e de apoio não especializado.



No exercício de 2003, a ANTAQ contou com a participação de, em média, 22 adolescentes encaminhados pela contratada, ao custo anual de R\$ 185.275,11 (cento e oitenta e cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais e onze centavos) conforme quadro a seguir:

MÊS	Nº DE ADOLESCENTES
JANEIRO	24
FEVEREIRO	24
MARÇO	24
ABRIL	24
MAIO	24
JUNHO	24
JULHO	24
AGOSTO	24
SETEMBRO	22
OUTUBRO	22
NOVEMBRO	22
DEZEMBRO	22

5.2. Função Capacitação

Os processos agrupados na **Função Capacitação** são os de Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior e os de Elaboração, Gestão e Execução de Programas de Capacitação.

Afastamento Para Estudo ou Missão no Exterior

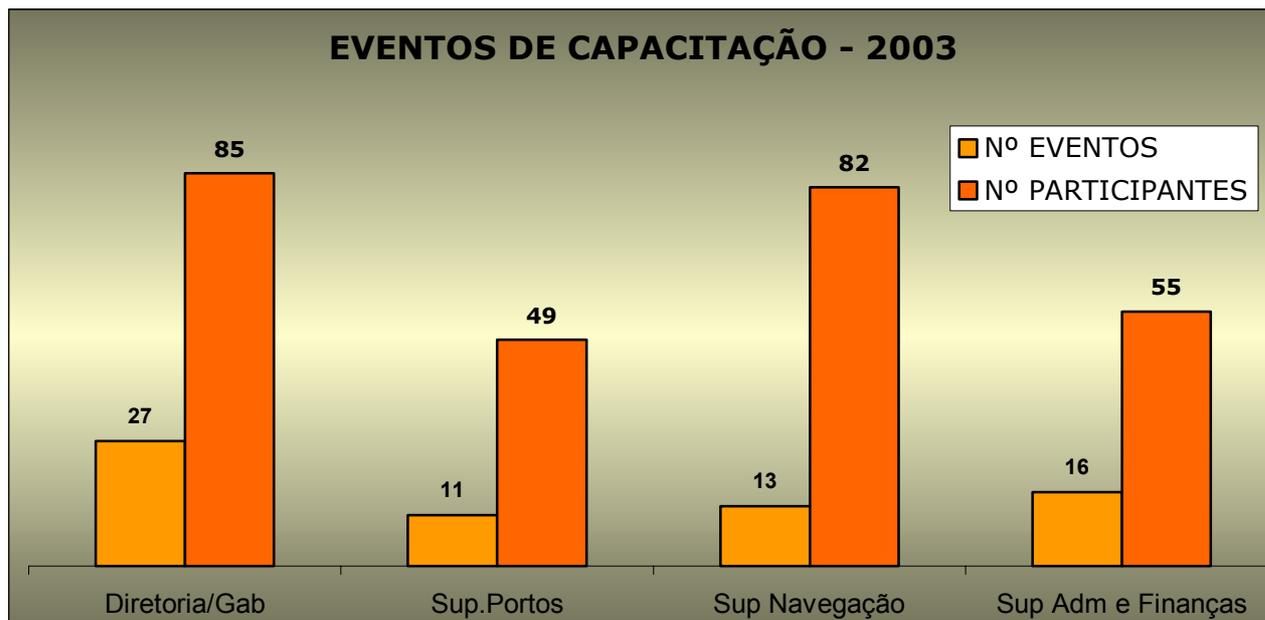
No exercício de 2003 oito servidores da ANTAQ participaram de missão no exterior para realização das atividades de representação da ANTAQ.

Elaboração, Gestão e Execução de Programas de Capacitação.

No exercício de 2003 participaram de eventos de capacitação 271 servidores em 69 eventos distintos, que representaram investimento da ordem de R\$135.362,00 (cento e trinta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois reais).

O quadro a seguir demonstra os gastos com os treinamentos realizados no exercício de 2003.

INSCRIÇÃO	114.348,75
DIÁRIAS	8.804,60
PASSAGENS	12.208,65
TOTAL	135.362,00



5.3. Função Avaliação

A função Avaliação abrange os processos de Progressão, Promoção, Gratificação – GDATA e Estágio Probatório, este ainda não implementado na ANTAQ, tendo em vista a sua característica peculiar.

Progressão e Promoção

O instituto da Progressão e Promoção foi aplicado aos servidores do Quadro de Pessoal Específico que absorveu os servidores redistribuídos do Ministério dos Transportes.

No exercício de 2003, foram progredidos cinco servidores, após serem submetidos à avaliação de desempenho de acordo com as diretrizes definidas no Decreto nº 84.669, de 1980.

Gratificação GDATA

A Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico Administrativo - GDATA é uma gratificação criada para incentivar a melhoria da qualidade e a produtividade do servidor pertencente ao Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 1970, e que não foram inseridos em Carreiras típicas de Estado e nem percebem outra espécie de vantagem pelo efetivo desempenho profissional, individual, institucional ou de produção.

A GDATA é concedida de acordo com os resultados das avaliações semestrais de desempenho individual e institucional.

No âmbito da ANTAQ a GDATA foi regulamentada pela Resolução nº 016-ANTAQ, de 17 de junho de 2002, tendo a Comissão de Avaliação Individual designada pela Portaria nº 180/DG, de 11 de setembro de 2002, estabelecido os percentuais de cada servidor para percepção da referida gratificação, em março e setembro,



considerando que os índices de alcance das metas de desempenho institucional da Agência foram de 89,64%, para o primeiro período, e 88,23% para o segundo período conforme registrado nas Atas da 47ª Reunião Ordinária e na 69ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada.

No exercício de 2003 foram contemplados com a GDATA 31 servidores.

5.4. Função Benefícios

Alguns processos relativos à Função Benefícios ainda não foram praticados na ANTAQ, considerando a característica peculiar do serviço público. No contexto, apenas os servidores com cargos efetivos, submetidos ao Regime Jurídico Único de que trata a Lei nº 5.645, de 1990, percebem benefícios institucionais.

A ANTAQ somente passou a contar com servidores desse regime a partir da redistribuição do pessoal do Ministério dos Transportes para o Quadro de Pessoal Específico da Agência.

Os processos que apresentam execuções no exercício de 2003 são os seguintes:

5.4.1. Processos:

Auxílio Natalidade

O Auxílio Natalidade é um benefício concedido ao servidor por motivo de nascimento do filho, inclusive no caso de natimorto, em quantia equivalente ao menor vencimento do serviço público.

No exercício de 2003 foram concedidos dois auxílios natalidade.

Auxílio Transporte

O Auxílio Transporte é um benefício concedido em pecúnia destinado ao custeio das despesas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual, nos deslocamentos de servidores de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, sendo descontado do servidor 6% do valor do vencimento, proporcional a 22 dias.

No exercício de 2003, 107 servidores perceberam Auxílio Transporte, tanto os requisitados como os integrantes da folha de pagamento da ANTAQ.

O quadro a seguir demonstra as despesas realizadas direta e indiretamente com o auxílio transporte.

Nº DE SERVIDORES	ANTAQ	ORIGEM
107	R\$ 47.651,36	R\$ 82.893,94



Vale registrar que dos 107 servidores que percebem o referido auxílio apenas 38, em média, compõem o Quadro de Pessoal Específico da ANTAQ, os demais são servidores requisitados que optaram pelo recebimento do benefício na Agência.

Assistência à Saúde

A assistência à saúde dos servidores e seus dependentes é regulamentada no âmbito da ANTAQ pela Resolução nº 103-ANTAQ, de 18 de julho de 2003, e prestada mediante contrato firmado com a AMIL, a partir do mês de agosto/2003, com cobertura em todo o território nacional.

Além da assistência à saúde prestada pela AMIL, a ANTAQ firmou contrato com a PRODENT para assistência odontológica, também com cobertura em todo território nacional, a ser implementado a partir de janeiro de 2004, ao custo *per capita* de R\$ 9,15 (nove reais e quinze centavos).

Vale registrar, também, que nos termos da legislação vigente é necessário submeter servidores com mais de trinta dias de afastamento a junta médica pericial. Para tanto a ANTAQ firmou contrato com a Brasilmed – Auditoria Médica & Serviços S/C.

O custeio do Plano de Assistência à Saúde – PAS é feito com recursos específicos consignados no orçamento da ANTAQ e mais a participação do servidor, conforme tabela a seguir. Além da participação no custo fixo, demonstrado na tabela, o servidor contribui ainda com 20% do custo de tabela para todos os procedimentos e um valor de franquia nas internações.

REMUNERAÇÃO	% ANTAQ	% SERVIDOR
Até R\$ 1.000,00	90%	10%
De R\$ 1.001,00 até R\$ 2.000,00	60%	40%
De R\$ 2.001,00 até R\$ 4.000,00	50%	50%
Acima de R\$ 4.000,00	45%	55%

No exercício de 2003 o Plano de Assistência à Saúde do Servidor e seus dependentes, de agosto a dezembro de 2003 abrangeu 126 beneficiários, sendo 47 titulares e 79 dependentes inscritos no Plano Básico ou no Plano Superior.

O quadro a seguir, demonstra por faixa etária o quantitativo de beneficiários do Programa de Assistência à Saúde implantado na ANTAQ.

FAIXA ETÁRIA	QUANTITATIVO
Até 17 anos	27
De 18 a 29 anos	21
De 30 a 39 anos	11
De 40 a 49 anos	20
De 50 a 59 anos	31
De 60 a 69 anos	13
Acima de 70 anos	03
Total	126



A participação da ANTAQ e do servidor no custeio do benefício, no exercício de 2003, encontra-se a seguir demonstrado:

PARTICIPAÇÃO NO PAS	
SERVIDOR	ANTAQ
R\$ 39.569,48	R\$ 34.061,68

Cabe mencionar que a baixa adesão ao plano contratado pela ANTAQ reflete a opção da grande maioria dos empregados requisitados em permanecer no plano oferecido pelo órgão de origem.

Auxílio Alimentação

Benefício concedido em pecúnia ao servidor visando subsidiar as suas despesas com alimentação, na proporção dos dias trabalhados, considerando-se como tal, 22 dias mensalmente.

No exercício de 2003 foram abrangidos 202 servidores, ao custo anual para ANTAQ R\$ 118.371,63 (cento e dezoito mil, trezentos e setenta e um reais e sessenta e três centavos).

Dos 202 servidores que percebem o aludido benefício apenas 49 são do quadro da ANTAQ, os demais 153 são requisitados que optaram pela percepção do benefício pela Agência.

Auxílio Pré-Escolar

Benefício financeiro concedido ao servidor para auxiliar nas despesas pré-escolares de filhos ou dependentes, compreendendo a faixa etária do nascimento até sete anos incompletos.

No exercício de 2003, dezoito servidores perceberam auxílio pré-escolar no órgão de origem ou na ANTAQ conforme opção e quadro a seguir:

Nº DE BENEFICIÁRIOS	ANTAQ	ORIGEM
18	R\$ 9.730,40	R\$ 2.240,00

Folha de Pagamento

A folha de pagamento da ANTAQ no exercício de 2003, basicamente, abrangeu o pessoal do quadro específico, o pessoal ocupante de cargos comissionados e os contratados temporariamente, no total de 172 servidores com um custo anual de R\$ 7.286.440,28 (sete milhões, duzentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e quarenta reais e vinte e oito centavos).

Os demais servidores foram remunerados mediante ressarcimento ao órgão de origem.



5.5 Função Controle

Alguns processos relativos a Função Controle ainda não estão sendo praticados na ANTAQ por não terem sido implementados na Agência. São processos típicos do Regime Jurídico Único.

Os processos que não apresentam dados no exercício de 2003 são os seguintes:

5.5.1. Processos:

Adicional por Tempo de Serviço

O adicional por tempo de serviço corresponde a uma parcela remuneratória devido a razão de um por cento por ano de serviço público federal, incidente sobre o vencimento do cargo efetivo.

Este adicional foi extinto, no entanto, permanece o pagamento dos servidores com direito já adquirido.

No exercício de 2003, 31 servidores integrantes do Quadro de Pessoal Específico, receberam o referido adicional que correspondeu ao montante anual de R\$ 31.688,68 (trinta e um mil, seiscentos e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos).

Afastamento por Cessão

No exercício de 2003, apenas um servidor do Quadro Específico foi cedido a outro órgão ou entidade.

Ajuda de Custo

Indenização destinada a compensar despesas com viagem, mudança e instalação do servidor que, no interesse da administração, passar a ter exercício em nova sede com mudança de domicílio em caráter permanente.

No exercício de 2003, apenas um servidor percebeu a referida indenização.

Férias

As férias correspondem ao período anual de descanso remunerado com duração de trinta dias podendo ser parcelada em até três etapas.

O servidor público federal percebe, no período de férias, além da remuneração correspondente ao período, o adicional de férias ou abono constitucional que corresponde a um terço do período de férias, calculado sobre a remuneração, não lhes sendo permitido a venda dos dez dias de férias conforme faculta a CLT.

Licença Gestante

Corresponde ao afastamento autorizado da servidora gestante, pelo prazo de 120 dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração, podendo ter início no primeiro dia do nono mês de gestação conforme atestado médico.



No exercício de 2003, apenas duas servidoras foram afastadas do serviço por licença gestante.

Licença Prêmio por Assiduidade

Corresponde à licença concedida pelo prazo de três meses com remuneração do cargo efetivo, a título de prêmio por assiduidade, após cada período de cinco anos ininterruptos de exercício contados até 15 de outubro de 1996. No exercício de 2003, apenas um servidor usufruiu a licença prêmio por assiduidade.

Afastamento para Casamento

A ausência do servidor para casamento corresponde ao período de oito dias consecutivos e remunerados.

No exercício de 2003, foi concedido a um servidor a concessão deste benefício.

Falecimento

No exercício de 2003, ocorreu o falecimento de dois servidores em efetivo exercício na ANTAQ.

Manutenção de Sistemas

A Gerência de Recursos Humanos opera os sistemas SIAPE, SIAPCAD, SISAC, SIFAC, SIAFI, SIPAS, PRODENT e GDATA, onde são armazenadas informações pessoais, funcionais e financeiras dos servidores da Agência.

Alguns desses sistemas são externos, ou seja, de interesse direto de órgãos de gestão e de controle, tais como o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Tribunal de Contas da União.

Confecção do Boletim de Pessoal e Serviço

O Boletim de Pessoal e Serviço foi instituído no âmbito da ANTAQ pela Portaria nº 055/DG de 18 de novembro de 2003, com o objetivo de publicar os atos internos da Agência. Sua periodicidade é mensal e seu primeiro número foi o de novembro de 2003.

Sindicância ou Processo Administrativo

No exercício de 2003, ocorreu na ANTAQ apenas um processo de sindicância, concluída com a aplicação da pena de suspensão.

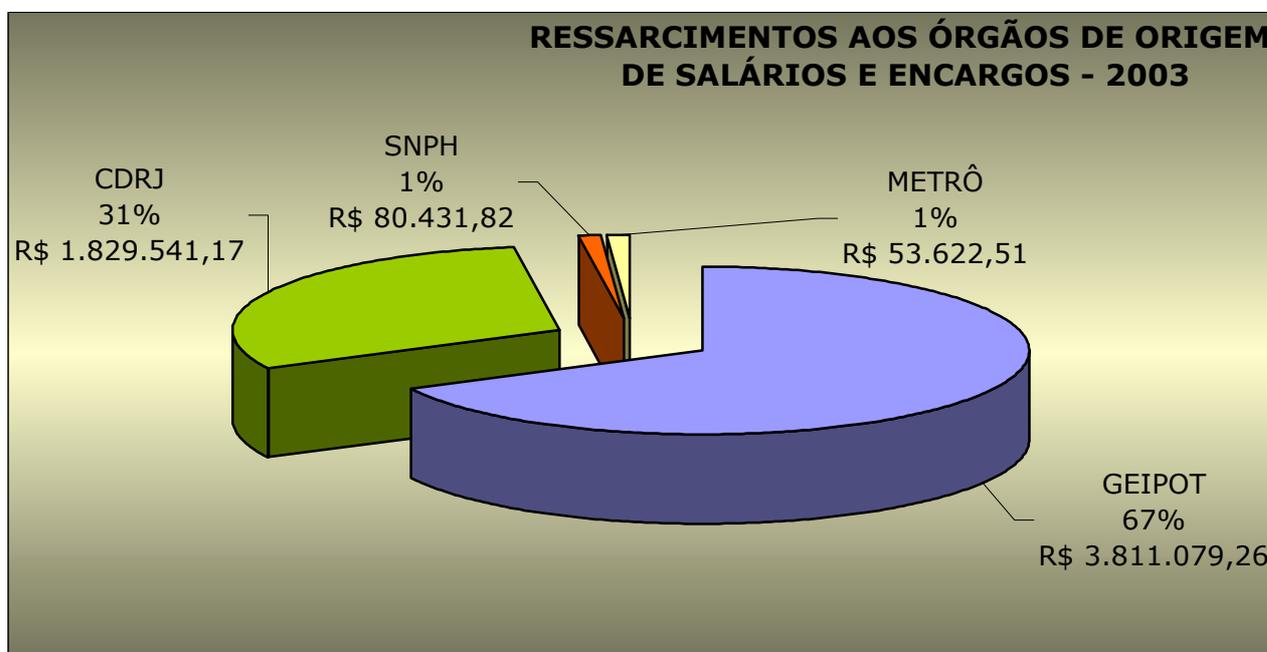
Ressarcimento de despesa com Pessoal

No exercício de 2003, a ANTAQ efetuou o ressarcimento aos órgãos de origem dos montantes correspondentes a remunerações, salários e encargos de 95 servidores, no valor anual de R\$ 5.993.523,40 (cinco milhões, novecentos e noventa e



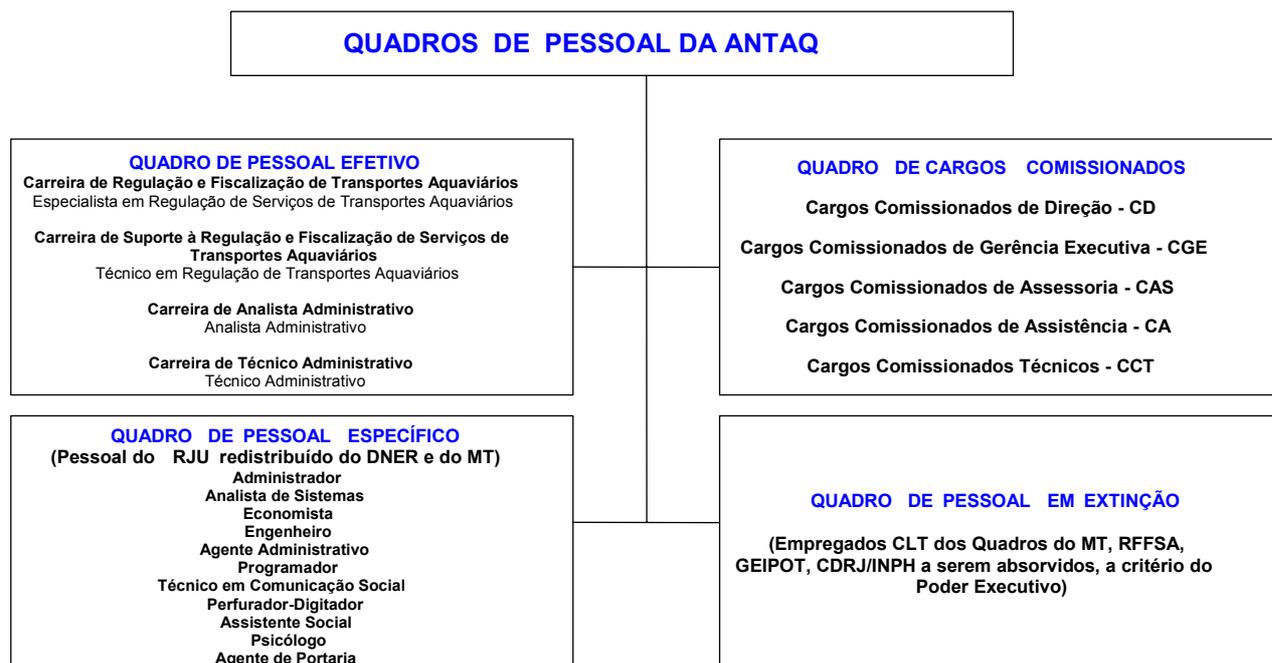
três mil, quinhentos e vinte e três reais e quarenta centavos), conforme demonstrado a seguir.

Deve-se registrar que o dispêndio anual indicado não contempla o mês de dezembro da CDRJ.



5.6. Quadros de Pessoal da ANTAQ

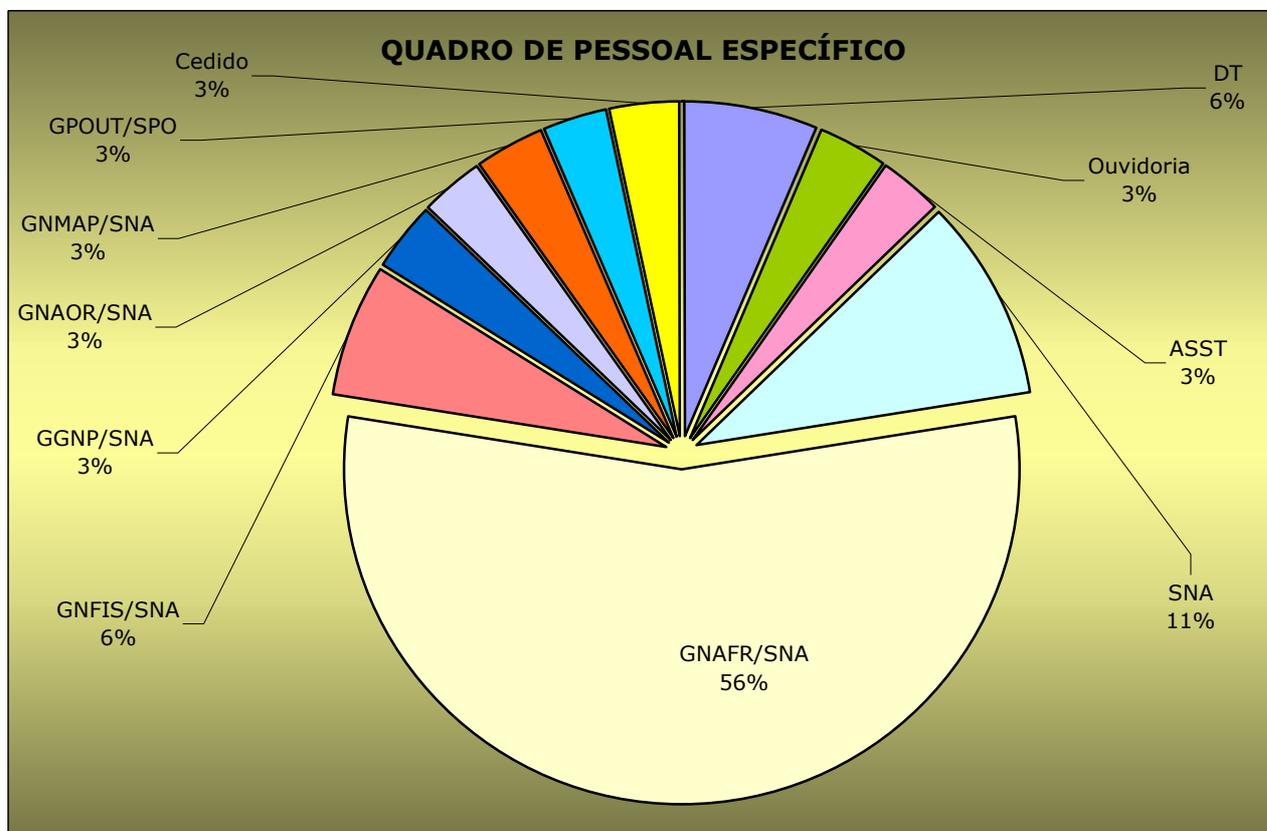
A ANTAQ conforme dispõe a Lei nº 10.233, de 2001, conta atualmente com Quadros de Pessoal distintos conforme demonstrado a seguir:



5.6.1. Quadro de Pessoal Específico

O Quadro de Pessoal Específico tem atualmente trinta e um servidores, distribuídos nas unidades organizacionais conforme quadro a seguir:

UORG	QUANTIDADE
Diretoria – DT	02
Ouvidoria	01
Assessoria Técnica – ASST	01
Superintendência de Navegação –SNA	03
Gerência de Afretamento – GNAFR/SNA	17
Gerência de Fiscalização – GNFIS/SNA	02
Gerência Geral de Operações – GGNP/SNA	01
Gerência de Acordos e Organismos – GNAOR/SNA	01
Gerência de Navegação Marítima e de Apoio / SNA	01
Gerência de Outorgas – SPO	01
Cedido	01
TOTAL	31



5.6.2. Quadro de Pessoal em Extinção

Quadro de Pessoal em Extinção, que nos termos do art. 114-A da Lei nº 10.233 de 2001, absorverá, a critério da administração, o pessoal CLT oriundo do GEIPOT, da CDRJ, da RFFSA e do Ministério dos Transportes. Os servidores, na sua maioria, já estão em efetivo exercício na Agência, aguardando somente ato próprio que formalizará o ingresso no referido Quadro.

O gráfico a seguir demonstra o quantitativo de servidores já cedidos a ANTAQ e que, no interesse da administração, deverão integrar o Quadro em Extinção, contemplando os servidores que ocupam cargos comissionados (C/CC) e os que não ocupam cargos comissionados (S/CC).

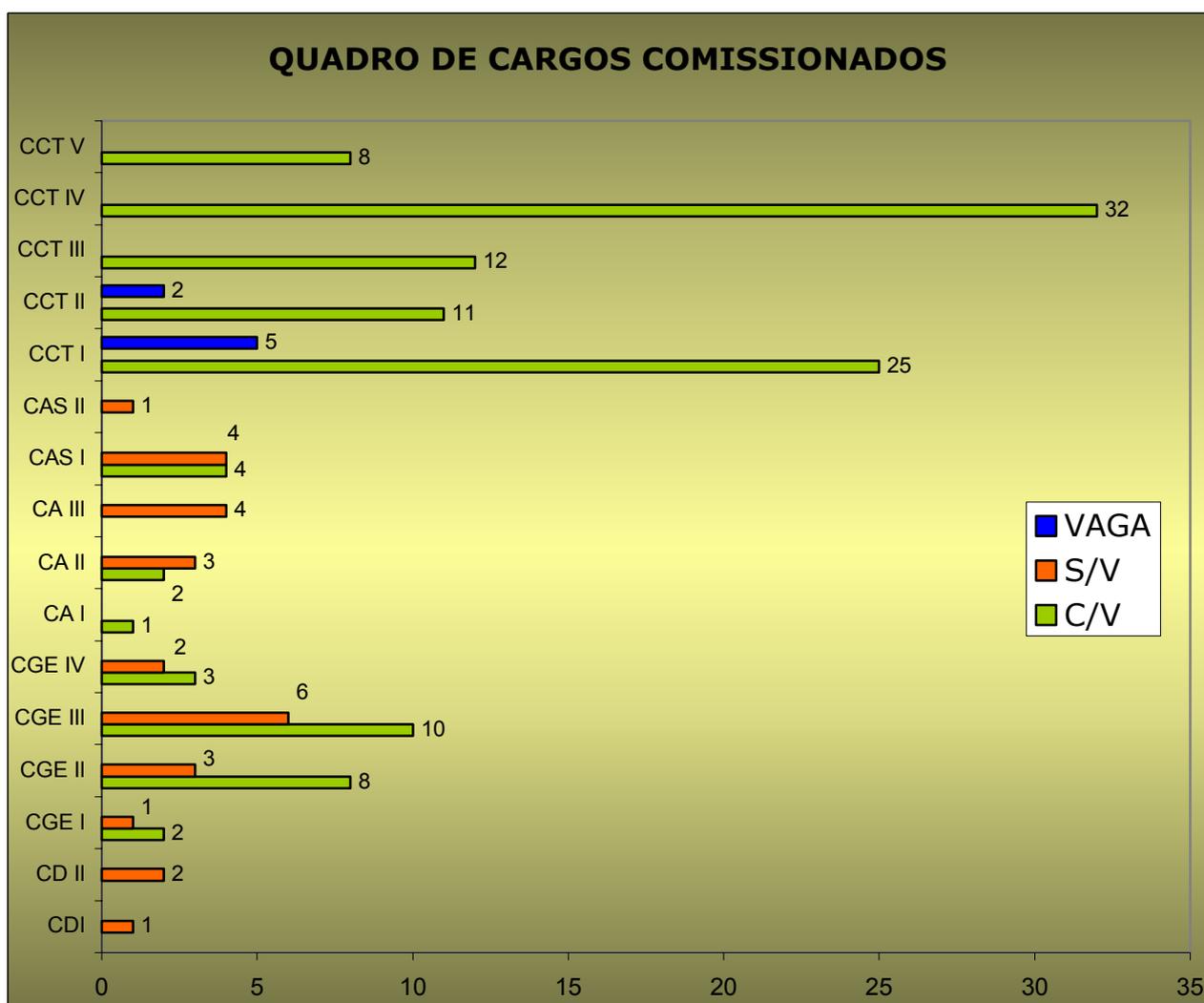


5.6.3. Quadro de Cargos Comissionados

Conforme Resolução nº 137 de 17 de novembro de 2003, o Quadro de Cargos Comissionados da ANTAQ comporta atualmente 152 cargos comissionados, incluídos os cargos comissionados técnicos, conforme quadro a seguir:

CARGO COMISSIONADO		SITUAÇÃO INICIAL		SITUAÇÃO ATUAL	
NÍVEL	VALOR	QUANTIDADE	DESPESA	QUANTIDADE	DESPESA
CD I	8.362,80	1	8.362,80	1	8.362,80
CD II	7.944,66	2	15.889,32	2	15.889,32
CGE I	7.526,52	2	15.053,04	3	22.579,56
CGE II	6.690,24	7	46.831,68	11	73.592,64
CGE III	6.272,10	21	131.714,10	16	100.353,60
CGE IV	4.181,40	-	-	5	20.907,00
CA I	6.690,24	7	46.831,68	1	6.690,24
CA II	6.272,10	4	25.088,40	5	31.360,50
CA III	1.881,63	2	3.763,26	4	7.526,52
CAS I	1.568,03	15	23.520,45	8	12.544,24

NÍVEL	VALOR	QUANTIDADE	DESPESA	QUANTIDADE	DESPESA
CAS II	1.358,96	6	8.153,76	1	1.358,96
CCT V	1.589,98	7	11.129,86	8	12.719,84
CCT IV	1.161,90	10	11.619,00	32	37.180,80
CCT III	699,86	15	10.497,90	12	8.398,32
CCT II	616,97	20	12.339,40	13	8.020,61
CCT I	546,30	24	13.111,20	30	16.389,00
TOTAL		143	383.905,85	152	383.873,95



5.6.4. Quadro de Cargos Efetivos

O Quadro de Cargos Efetivos da ANTAQ, assim como das demais Agências Reguladoras, foi recentemente criado pela Medida Provisória nº 155, de 23 de dezembro de 2003.

O referido Quadro de Pessoal Efetivo tem as seguintes Carreiras e Cargos com seus respectivos quantitativos, a seguir indicados:



CARREIRA / CARGO	QUANTITATIVO
Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Aquaviários	220
Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários	
Suporte à Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Aquaviários	130
Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários	
Analista Administrativo	70
Analista Administrativo	
Técnico Administrativo	50
Técnico Administrativo	
T O T A L	470

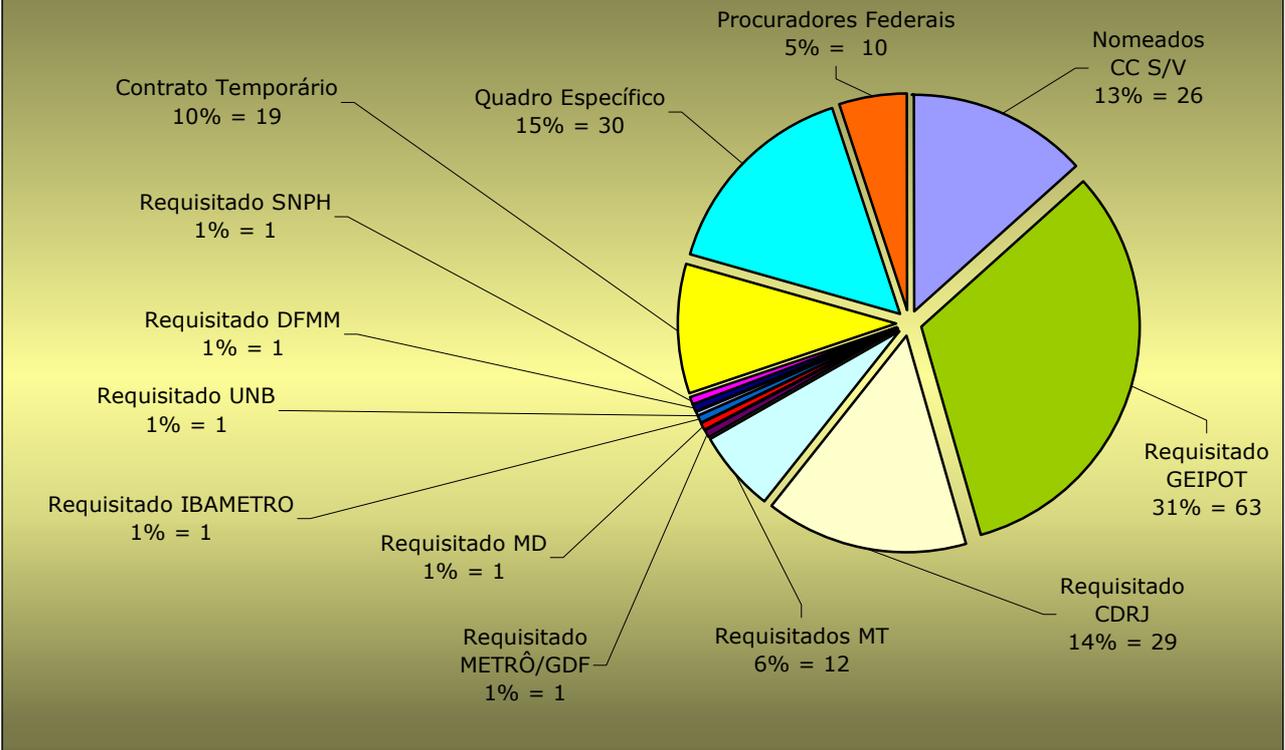
O preenchimento dos cargos do Quadro de Pessoal Efetivo será feito mediante concurso público a ser realizado ainda no exercício de 2004, após aprovação do Regulamento de Pessoal, definição de vagas por classe e existência de recursos orçamentários.

5.6.5. Quadro Geral da Força de Trabalho

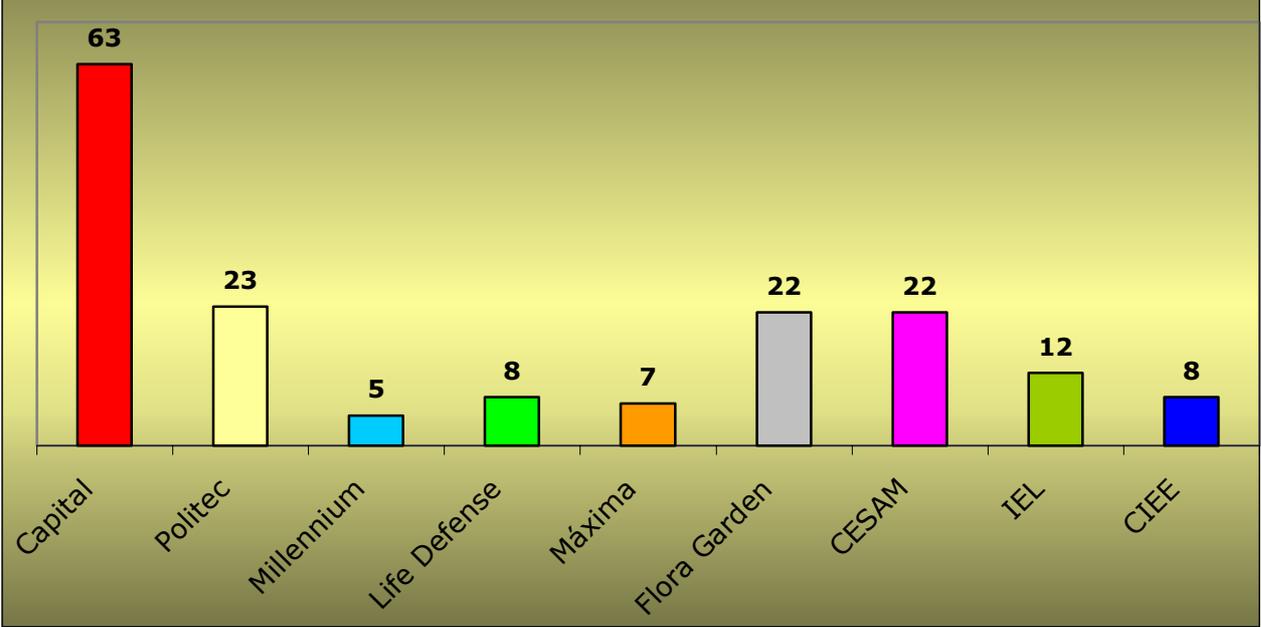
Além dos servidores integrantes dos Quadros de Pessoal anteriormente referidos, a ANTAQ conta ainda com outros colaboradores que compõem a sua força de trabalho, a seguir demonstrada:

SITUAÇÃO	QUANTITATIVO
Nomeados sem vínculo para Cargos Comissionados	26
Requisitados do GEIPOT	63
Requisitados da CDRJ	29
Requisitados do MT	12
Requisitado do METRO/GDF	01
Requisitado do Ministério da Defesa	01
Requisitado do IBAMETRO/GBA	01
Requisitado da UNB	01
Requisitado da DFMM	01
Requisitado da SNPH	01
Contrato Temporário	19
Quadro Específico	30
Exercício Descentralizado de Carreira (<i>Procuradores Federais da AGU</i>)	10
Cedido	01
SUBTOTAL	196
Prestadores de Serviço – Capital	63
Prestadores de Serviço – Politec	23
Prestadores de Serviço – Millennium	05
Prestadores de Serviço – Life Defense	08
Prestadores de Serviço – Máxima	07
Prestadores de Serviço – Flora Garden	22
CESAM	22
IEL	12
CIEE	08
SUBTOTAL	170
T O T A L	366

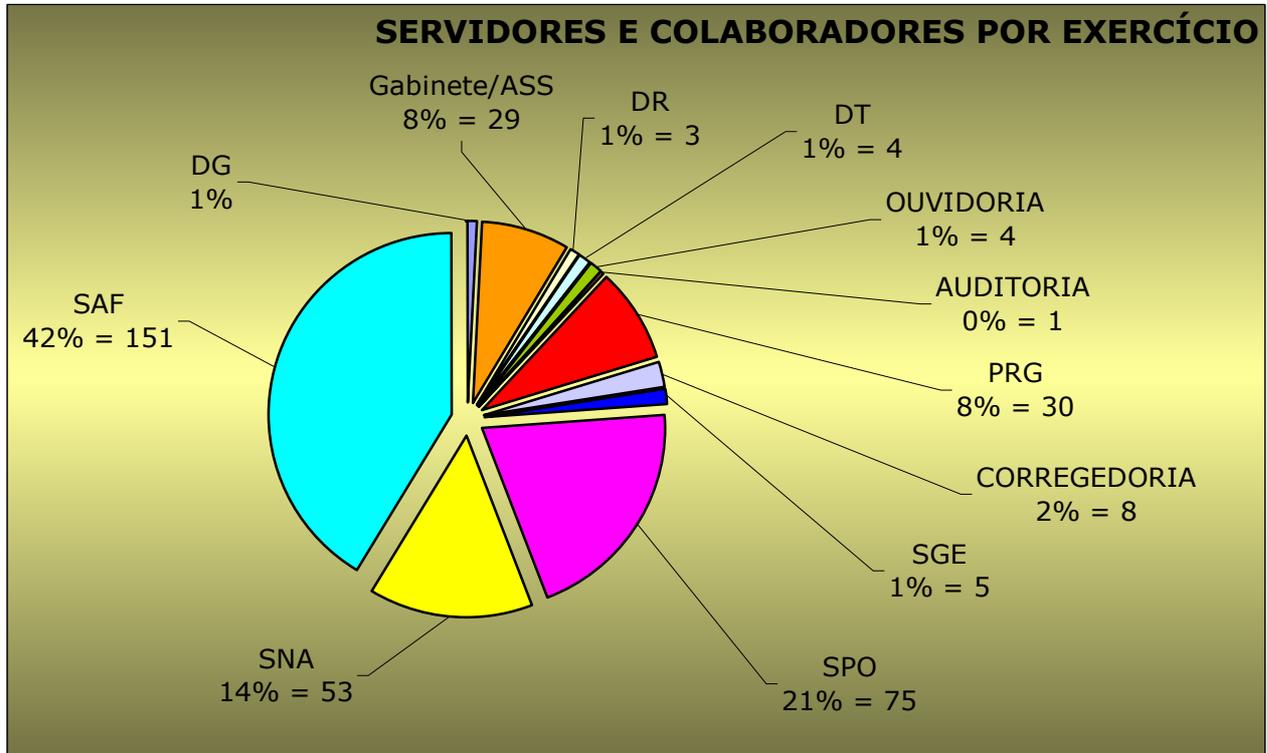
SERVIDORES DA ANTAQ



COLABORADORES DA ANTAQ



Servidores e Colaboradores por Exercício



6. PROCESSOS DE CONTROLE

6.1. Atuação do Tribunal de Contas da União

Com referência ao processo de prestação de contas do ano de 2002, o Tribunal de Contas da União realizou diligência nesta Entidade, objetivando apenas verificar os pontos levantados pela Secretaria Federal de Controle, abaixo relacionados, para fins de instrução do processo, o qual até o momento não foi encaminhado para julgamento.

Cabe informar ainda, que no ano de 2003, o Tribunal de Contas da União emitiu os Acórdãos a seguir relacionados referentes às Representações recebidas.

INTERESSADO	ASSUNTO	ACORDÃOS Nºs.
Global Village Telecom Ltda	Representação para apurar ilegalidade no Edital do Pregão nº 03/02	457/2003-1ª Câmara. A Representação foi considerada parcialmente procedente, tendo sido implementadas as determinações do TCU.
Associação Brasileira de Consultores de Engenharia-ABCE	Representação para apurar ilegalidade na contratação da Fundação Coordenação de Projeto, Pesquisas e Estudos Tecnológicos-COPPETEC	2.330-2003-2ª Câmara. A Representação foi considerada improcedente, tendo o TCU determinado o arquivamento do processo.

6.2. Atuação da Secretaria Federal de Controle/Cgu

Sobre os pontos considerados como impropriedades ou irregularidades pela Secretaria Federal de Controle no Processo de Prestação referente ao ano de 2002, a ANTAQ está aguardando o julgamento pelo Tribunal de Contas da União, uma vez que, as justificativas apresentadas não foram acatadas por aquela Secretaria, observando apenas quanto ao subitem 1.2 (recomendações não implementadas), que foi encaminhado ofício ao então DNER para que aquele Órgão tomasse as providências cabíveis.

Recomendações implementadas

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE GESTÃO Nº	RECOMENDAÇÕES
117465/2003	<p>1.1- Impropriedades em contrato de prestação de serviços especializados - promova a elaboração de termo de Re-ratificação do Contrato PGR-ANTAQ nº 027/2002, seguido da publicação no Diário Oficial da União, contendo as seguintes alterações: a) exclusão da alínea "b" do item 1 da cláusula quarta, passando o valor para R\$ 1.096.735,00; b) supressão da possibilidade de prorrogação do contrato prevista no item 1 da cláusula quinta do mesmo.</p>

Recomendações não implementadas

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE GESTÃO Nº	RECOMENDAÇÕES
117465/2003	<p>1.1- Servidor lotado fora das unidades da ANTAQ - que sejam encerradas todas as despesas referentes à permanência do servidor na Cidade de São Paulo; e que o mesmo seja lotado em uma das unidades da Agência;</p> <p>1.2- Prestação de serviços de consultoria por servidor público - que o servidor restitua os valores recebidos indevidamente, inclusive as despesas de diárias e passagens e que evite a contratação de pessoas que estejam em situação vedada pelo dispositivo da Lei 8.112/90;</p> <p>1.1- Inobservância à legislação relativa a utilização de veículos - que seja quantificado o custo da operação indevida dos veículos, tipo executivo, não caracterizada como em serviço, e determine aos responsáveis o recolhimento dos valores apurados;</p> <p>1.2- Irregularidades em contrato de locação de veículos - a) que seja apresentada a definição dos índices utilizados no Edital para os possíveis aumentos de hora extra e de extensão; b) quanto ao veículo contratado com a finalidade de atender servidor lotado em São Paulo, que seja cancelado esse tipo de serviço; c) em que pese as justificativas apresentadas quanto à utilização dos veículos dos dirigentes em percursos que não em serviço, que determine aos responsáveis o recolhimento dos valores apurados.</p>